

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 3846/xii () .ª)

Expeça-se

Publique-se

25/06/2010

O Secretário da Mesa

Recorreio

Assunto: Resíduos Perigosos em S. Pedro da Cova

Destinatário: Senhora Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O caso remonta a Junho de 2001, data em que os resíduos da Siderurgia Nacional (SN) da Maia, extinta em 1995, começaram a ser despejados no antigo complexo mineiro de São Pedro da Cova as 320 mil toneladas de resíduos, dando seguimento a um contrato firmado entre a Urbindústria (empresa pública detida pela Parpública) e o consórcio privado Vila Rei.

O contrato previa o depósito de resíduos “inertes”, mas auditorias ambientais feitas pela Tecninvest, a pedido da SN, revelam a presença de “resíduos altamente perigosos, com teores elevadíssimos de chumbo, cádmio, crómio, arsénio e zinco”.

A CCDR-N assegurou no passado dia 16 de Junho de 2010 que irá promover todas as medidas para analisar e caracterizar os resíduos depositados nas antigas minas de São Pedro da Cova, Gondomar, suspeitos de serem perigosos para o ambiente e para a saúde pública.

Em comunicado, a CCDR-N adianta que irá desencadear procedimentos de responsabilidade civil por eventuais danos ambientais e procedimentos de responsabilidade criminal por eventual poluição das águas e solos, susceptível de consubstanciar a prática de um crime de poluição.

A CCDR-N lembra no entanto que o destino dos resíduos da extinta Siderurgia Nacional foi em 2001 objecto de um procedimento de autorização da própria comissão e que “todos os documentos de caracterização dos resíduos em causa” levam a concluir “peremptoriamente” pela sua “não perigosidade”.

Em audição à Junta de Freguesia de S. Pedro da Cova, realizada no passado dia 22 de Junho de 2010 em sede de Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, foram reforçadas as preocupações com a contaminação dos solos sem o conhecimento da população que lá reside, muito particularmente em face da utilização de poços para abastecimento doméstico e utilização do rio Ferreira para banhos. Foram também apresentadas preocupações relativas à remoção dos resíduos e sua respectiva requalificação.

A Administração Regional de Saúde do Norte e Administração da Região Hidrográfica Norte, em Junho de 2009, encetaram um conjunto de diligências para a averiguação da situação e para prevenir eventuais danos para a saúde pública, uma vez que os “efeitos cancerígenos” destas substâncias estão comprovados.

Face ao exposto, os deputados do Grupo Parlamentar do PSD vêm perguntar à Senhora Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, por intermédio de Vossa Excelência, o seguinte:

1. Com vista ao cabal esclarecimento e tranquilização da população visada, irá o



Governo pedir novas análises aos resíduos, uma vez que as apresentadas em 2002 pelo secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, são contraditórias com as apresentadas pela SN?

2. Que medidas pensa o Governo desencadear caso se confirme este problema de saúde pública?

Palácio de São Bento, 25 de Junho 2010.

Os Deputados do PSD:

Margarida Aleixo
Margarida Aleixo
António Gil
Miguel Frasquilho
Carla Ramos
José Pedro Aguiar Branco
Margarida Aleixo
Luís Albuquerque
Luís Albuquerque
Cristina Prespa

António Cabelas
Fernando Albuquerque
José Pedro Aguiar Branco